

Ulysses quer evitar fraude no plenário

14 FEV 1988

SUELENE TELES
Da Editoria de Política

O deputado Ulysses Guimarães está aproveitando o pequeno recesso do carnaval para colocar em prática certas terapias que têm por objetivo aplacar a paranóia da fraude instalada no seio da Assembleia Nacional Constituinte. Ele seguramente não vai querer mais passar pela angústia de ver a menina de seus olhos se tornar suspeita no processo de votação eletrônica. Como qualquer pai zeloso — e é assim mesmo que se refere à Constituinte — o dr. Ulysses vem tomando medidas preventivas, como novo ajuste no placar eletrônico.

Só que o Presidente tem um grande obstáculo pela frente, a rebeldia de alguns constituintes, que se recusam a manter sigilo de seus códigos de votação, como propõe o regimento. O exemplo mais claro dessa situação é o episódio Sarney Filho, ocorrido no último dia 09. A denúncia de que algum constituinte havia processado seu voto por ocasião da apreciação do parágrafo 38 do artigo 6º, sem que ele sequer estivesse em Brasília, fez constatar que o código não é tão secreto assim. Dois dias depois, já de posse de um novo código, Sarney Filho, ao testá-lo em plenário, foi de novo não muito cuidadoso, pois no dia seguinte o seu "código secreto" já era de conhecimento público, uma vez que havia sido publicado na imprensa.

A culpa, no entanto, não pode ser cem por cento creditada à displicência dos parlamentares. Na verdade é muito fácil tomar conhecimento dos números digitados. Basta ficar observando os números do terminal, no momento em que o parlamentar processa a votação, ou estar ao seu lado, caso tenha que votar nos postos avulsos. É exatamente neste ponto que o tratamento encontra maior resistência, pois neste caso não tem acolhida as medidas paliativas. Ou se troca todo o equipamento ou se faz um processo de conscientização junto aos constituintes, no sentido de que só digitem seus códigos.

Não será tão fácil assim, porque a solução esbarra ainda em outro problema, a permanência dos parlamentares em plenário. Contra isso, o líder do PMDB, Mário Covas (PMDB-SP), já deu sua recelita, sugerindo que se colocasse três terminais de computação, um em cada acesso ao plenário, o que garantiria o controle dos movimentos dos constituintes. Ulysses prometeu estudar a sugestão e provavelmente terá que ajustá-la à nova realidade do plenário, para que não mais se aborreça como no último dia 11, quando o deputado Messias Góis (PFL-SE) pensou ter "ouvido" o presidente do PT, Olívio Dutra (RS), tocar piano no plenário.

Impunidade de 1985 CORREIO BRAZILIENSE fez novos pianistas

CELSON FRANCO
Da Editoria de Política

Para o dicionarista Aurélio Buarque de Hollanda, pianista é "aquele que sabe, ou que toca piano"; na linguagem policial, tocar piano é deixar, com as impressões digitais, a marca indelével de um passo em falso; no Congresso, é enganar o sistema eletrônico de votação, o computador que, de Rock Hudson — não funcionava, apesar de grande e bonito — passou, agora, a ser chamado de Jeremias — o bobo.

O pianista de plenário surgiu a 13 de junho de 1985, quando a Câmara votava um destaque para rejeição das eleições (1986) em dois turnos. Nesse dia, diversos deputados foram vistos, e fotografados, votando duas vezes.

De todos os parlamentares (Homero Santos, Fernando Bastos, Ronan Tito e Albino Coimbra, fotografados exercitando a arte de tocar piano, apenas o hoje senador Ronan Tito assumiu a responsabilidade de ter votado por um colega, o deputado Rosa Flores (PMDB/RS), que tinha ido ao banheiro e lhe pedira para votar em seu lugar, caso não voltasse a tempo.

Os outros negaram: o deputado Albino Coimbra, mesmo reconhecendo a existência das fotos (não havia como negar), argumentou que os seus votos não foram registrados no painel, tentando apagar a culpa com a falha do computador; Homero Santos buscou outra saída, dizendo que estava apenas fazendo um teste na mesa ao lado.

No dia seguinte (14 de junho), apareceram outras fotos e, com elas, novos pianistas, todos goianos, todos do PMDB: Irapuan Costa Júnior, Paulo Borges e Juarez Bernardes.

A Mesa da Câmara, sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães, reuniu-se e decidiu por fazer aos deputados Ronan Tito, Homero Santos, Fernando Bastos e Albino Coimbra uma censura escrita. E não anulou a sessão do dia 13, como pretendiam alguns parlamentares, como o deputado Egidio Fer-

reira Lima. Aos outros (Irapuan Costa Júnior, Paulo Borges e Juarez Bernardes), nem mesmo a censura. A verdadeira punição, dizia-se, viria através das urnas.

O deputado Ronan Tito, um político de posições progressistas, teve excelente votação, e voltou como senador pelo Estado de Minas — presidente, recentemente, a CPI do CIMI; Homero Santos foi reeleito e ocupa a cadeira de primeiro-vice presidente da Câmara; Irapuan Costa Júnior se elegeu senador, entrou para o **Centrão**, e agora, com a falência do grupo conservador, "arrependeu-se" e se aninhou humildemente sob a liderança do senador Mário Covas. Os outros... esses já não existiam mesmo.

Eleitos, em 1986, os membros da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães se encarregou de eliminar as possibilidades de fraude no processo de votação eletrônica. A solução encontrada foi manter deputados e senadores com as duas mãos ocupadas, durante o ato de votar. Também um código secreto para cada um.

O sistema, contudo, apresentava uma falha: a colocação de mesas de votação avulsas, devido à falta de cadeiras para todos os constituintes. Foi aí que surgiram os pianistas de segunda geração, furando, com esperteza, o bloqueio contra a fraude. Simples: o constituinte vota de sua cadeira, depois levanta-se e vota em uma das mesas avulsas.

A denúncia, desta vez, foi feita pelo deputado Brandão Monteiro, líder do PDT e maranhense: o nome do deputado José Sarney Filho, ausente de Brasília, aparecia no painel eletrônico, votando com o **Centrão**. Alguém, naturalmente, estava votando por ele.

Acusação séria, grave, que atinge duramente o Poder Constituinte, debilitando-o ainda mais — ele que já está tão desgastado — diante da opinião pública, porque coloca sob suspeição todos os constituintes, inclusive o deputado José Sarney Filho, cuja ausência não é inocenta. Até o compromete.



Homero Santos: o flagrante da fraude em 85